

Nota Pedagógica

E se a nossa vida vira parque?

*Elaborado por Flávia Vastano
(2014)*

1) O papel de um burocrata e sua ética: Ariadne poderia ter feito algo diferente?

Na visão weberiana, quanto mais impessoal e técnica a burocracia, mais eficiente é a ação do Estado. A postura racional dos burocratas é executar as decisões do corpo político como se fossem suas. Na democracia, a burocracia deve absorver e capilarizar as ordens de quem a população delegou para decidir por ela. Portanto, segundo Weber, o papel de um burocrata deve ser desempenhado livre de suas subjetividades e sentimentos.

Mas isso de fato não acontece no rigor traçado por Weber. Um burocrata, dependendo do papel que ele desempenha na administração pública, pode ter certo grau de discricionariedade política para tomar decisões. Até que ponto Ariadne tem essa discricionariedade?

Convicta pessoalmente de que é possível conciliar a preservação das florestas com o uso sustentável dos seus recursos naturais, Ariadne propõe que o caminho a seguir seria, em vez de enquadrar a área toda da floresta na categoria de parque estadual, criar reservas de desenvolvimento sustentável, onde as comunidades caiçaras já estão estabelecidas. Esse tipo de categoria permite a permanência de comunidades tradicionais e o uso dos recursos naturais por elas, desde que haja a criação de um plano de manejo sustentável supervisionado pelo órgão gestor da unidade.

Dessa forma, é atendida a necessidade de preservação da área claramente ameaçada no contexto definido no caso (criação futura de um complexo siderúrgico, madeiras, turismo sem planejamento e controle etc). Inclusive, essa preservação é fundamental para as comunidades por dependerem da preservação dos recursos naturais para manter suas atividades extrativistas na manutenção das suas condições de vida.

Mas o contexto dessa política pública implica uma série de outros interesses em jogo, além dos interesses da preservação ambiental e da permanência das comunidades caiçaras. O projeto de instalação de uma indústria siderúrgica, em área de grande importância ecológica, chama atenção para ela. Diante da ameaça de impacto ambiental que um projeto dessa magnitude pode ocasionar, atores sociais se movimentam para sensibilizar a opinião pública da necessidade de preservar a área em questão. Finalmente é chamada a atenção para degradação que vem ocorrendo há muito tempo no local.

Mas o projeto de criação do complexo siderúrgico precisa de parte da área a ser protegida e tem apoio pleno do chefe do executivo estadual. O presidente do órgão competente pela criação da unidade de conservação decide, então, não conflitar com os interesses da instalação do polo, apoiados por seu “chefe”. Seu embasamento são os relatórios técnicos divergentes dos da equipe de Ariadne, que indicam a área em questão como degradada e já urbanizada. Em contrapartida, o presidente pretende acelerar a criação da unidade de conservação na área restante solicitando que Ariadne a enquadrasse, com base em estudos técnicos de outras equipes, na categoria única de parque estadual. Isso porque reforçaria a visibilidade da importância ecológica da região e evitaria desgaste e dispêndio de tempo com estabelecimento de acertos prévios para permanência das comunidades.

Ariadne acata a solicitação, sob a postura mais werberiana possível. Mas não é só por obedecer à hierarquia que assim ela o faz. Simplesmente, ela poderia argumentar que aquela foi a “visão técnica” de sua equipe e ignorar “visões técnicas” divergentes. Se assim fosse, o que isso impactaria na escolha das categorias de conservação, se a aprovação depende do presidente? “Comprar” essa briga interna poderia fazer o presidente mudar de opinião ou mudar de equipe?

Ariadne segue outro caminho, deixa em segundo plano as suas convicções do que seria ideal conseguir, e opta por aquilo que seria “o melhor possível”. Ariadne, mesmo funcionária do corpo burocrático, não realiza um trabalho puramente técnico e sente-se responsável pelos resultados das decisões políticas que recaem sobre sua coordenação.

O que fazer quando a janela de oportunidade aparece apenas com uma de suas folhas abertas foi o grande dilema de Ariadne enquanto gestora pública.

2) É possível preservar a floresta com o manejo dos seus recursos por comunidades tradicionais?

No Brasil a criação de áreas naturais protegidas como política ambiental, muitas vezes, ignorou a possibilidade de haver uma relação

sustentável entre a proteção dessas áreas e a presença das comunidades tradicionais¹ nelas instaladas há anos.

A origem dessa política encontra-se na implementação de áreas de proteção durante o século XIX nos Estados Unidos. Essas tinham como objetivo preservar o que se denominava de “vida selvagem”, mediante a preservação de fragmentos do planeta no seu estado “primitivo”, supostamente livres de qualquer intervenção humana. Tal como “ilhas”, esses fragmentos de “vida selvagem” ficaram reservados apenas à pesquisa e à contemplação humana.

Nessa visão, a única forma de proteger a natureza é apartá-la do contato intenso e direto com o homem, o seu grande destruidor. Esse discurso está permeado da ideia de que as populações urbanas precisam dispor de um modo de escapar da dureza do concreto e da correria da cidade. Essa válvula de escape seria constituída por meio de contemplação em suas visitas a essas áreas “selvagens”, intactamente preservadas.

Sob esse ponto de vista, biólogos e pesquisadores teriam acesso, assim, de modo privilegiado, a essas regiões, a esses loci remanescentes da história natural do planeta em seu estado de “pureza” selvagem. Nisso reside uma grande ilusão – o mito-, pois, no geral, esses parques e áreas de preservação já haviam sido intensamente manipulados pelo homem no passado.

Essa ideia de “vida selvagem” constitui um neomito – a wilderness. É nessa condição que o mesmo se presta a legitimar embargos, restrições, proibições do manejo dos recursos naturais, ainda que por comunidades tradicionais secularmente residentes nas áreas abrangidas pelas unidades de conservação. É esse conceito de conteúdo semântico mitológico que justifica e promove a expulsão dessas comunidades das áreas de proteção ambiental. Aliás, o manejo sustentável seria impossível já que as mesmas são vistas como promotoras apenas de atividades predatórias e nocivas ao meio ambiente.

Contrariamente a essa posição, há uma corrente que enxerga essas comunidades como preciosas parceiras na implementação de políticas de conservação do meio natural. Admite-se, nessa corrente, que essas comunidades podem contribuir substancialmente para a gestão ambiental por meio da prestação de serviços ambientais na guarda e vigilância das áreas de proteção, evitando invasões, instalação clandestina de indústrias madeireiras, garimpagem de minérios, extrativismo predatório etc.

Com efeito, os casos bem-sucedidos de instalação de reservas extrativistas (Resexs) ou reservas de desenvolvimento sustentável (RDSs) demonstram quão importantes são esses papéis de fiscalização e manejo dos recursos naturais por comunidades em uma política de gestão

ambiental que se norteie pelo uso sustentável dos recursos naturais, e não pelo mito da intocabilidade da natureza. Todavia, é importante também não mitificar a conduta conservacionista das comunidades tradicionais, nem superestimar as potencialidades dos saberes tradicionais quanto ao manejo racional dos recursos naturais.

É interessante, para o desenvolvimento e para a manutenção da cultura, que os saberes dessas comunidades possam se aliar ao conhecimento científico e, de forma complementar, criar estratégias sustentáveis. As interações dessas comunidades entre elas e com as regiões urbanas próximas não podem ser desprezadas. Enxergar essas comunidades como agrupamentos humanos isolados, autossuficientes em sua produção, apenas voltadas para o consumo do que é produzido internamente seria um erro crasso.

É necessária uma análise mais holística, que considere essas comunidades dentro de um escopo econômico que integre tanto suas práticas de cultivo, caça, extrativismo, como as combinações e trocas que as comunidades fazem por atividades de mercado num sistema capitalista. É necessário assumir essa interação para balizar planos de manejo, que avaliem com mais clareza impactos e possibilidades de interação que gerem liquidez financeira às comunidades com sustentabilidade, tal como o ecoturismo, venda de artesanatos feitos com recursos naturais extraídos sustentavelmente etc.

O etnoconhecimento dessas comunidades caiçaras pode contribuir muito para a formulação de um plano de manejo. Saberes sobre comportamentos dos peixes e técnicas na captura, a tradição da agricultura de pousio, o respeito aos calendários ecológicos, o conhecimento sobre plantas nativas e formas de cultivo são alguns elementos que podemos citar para afirmar o quanto essas comunidades e seus saberes podem contribuir para a ciência, e esta completá-los.

Mais do que objeto de estudos para as ciências antropológicas, as pessoas dessas comunidades devem ser olhadas como cidadãos que têm direito ao desenvolvimento e à manutenção de suas tradições. As políticas de proteção ambiental no Brasil, que tiveram por hábito dissociar o ambiental do social, não poderiam deixar de gerar conflitos. Apartar o homem da forma que ele concebeu de como ser feliz é também um problema para as políticas públicas. O caso em questão esboça essa consequência. A insatisfação manifestada por Dona Paula à Ariadne é uma representação do resultado de uma política pública ambiental calcada na visão (ou sobre o pretexto) do mito da natureza selvagem.

1. O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, define as comunidades e povos tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas

próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais, além de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para tanto, se utilizam de conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Dessa forma, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, entre outras.

3) Desenvolvimento X Crescimento Econômico: o bem-estar tem preço?

Crescimento econômico não é antagônico ao desenvolvimento, pelo contrário. O desenvolvimento passa pelo aumento do fluxo de renda para melhoria das condições de vida da população.

Podemos considerar o crescimento econômico como um incremento na quantidade de bens e serviços em determinada coletividade. Já o desenvolvimento envolve um processo complexo de transformações, não só econômicas, mas também políticas, sociais e humanas. Dessa forma, o crescimento estaria ligado a uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento uma mudança qualitativa no bem-estar das populações.

O crescimento econômico deve ser tratado como um fator para viabilizar o provimento de bens e serviços conforme as necessidades das populações em termos de bem-estar. Isso implica, para os formuladores de políticas públicas, um diagnóstico de quais são as reais necessidades da população afetada por uma política pública.

Entretanto, sob uma visão estreita sobre como atingir o desenvolvimento, formuladores de políticas públicas muitas vezes desconsideram o conjunto de condições sociais para entender as reais necessidades da população afetada a partir do que ela considera ser bem-estar. Assim, a participação sociopolítica das populações afetadas por uma dada política pública muitas vezes não é considerada. Ou, então, é apenas usada como um instrumento de legitimação de uma decisão já tomada. Nesse caso, a condução do processo participativo é mal formulada ou pouco valorizada, exatamente para se chegar a resultados pífios.

No caso apresentado, Dona Paula, que foi moradora de uma comunidade localizada na área do parque estadual, em conversa com Ariadne, expressa sua insatisfação com sua atual condição. Morar na cidade, para ela não significou melhoria real em suas condições de bem-estar. Simplesmente estava infeliz.

Essa situação, para Ariadne, foi um exemplo emblemático de que nas políticas públicas existe a necessidade de se valorizar os meios e formas de vida que as pessoas optaram por seguir. Isso quer dizer que o

desenvolvimento passa também pelo respeito às diversidades socioculturais. Mas essa preocupação, no caso apresentado, não obtém êxito e os mais fracos “pagaram” pelo “crescimento econômico”.